

Fontes Históricas: A linguagem das fontes como questão

Departamento de História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG – IX Semana da Graduação – 6-7 de Outubro de 2005

A noção de documento foi (re)qualificada sendo associado à de monumento, através da qual sua dimensão de intencionalidade e construção/artefato foram enfatizadas (LE GOFF). Assim, o documento foi elevado à condição de problema e de processo. A linguagem da fonte escrita passa ser tratada como um objeto ao invés de uma simples evidência. A fonte e a história das fontes históricas tornaram-se preocupação central no ofício do historiador.

A partir destas certezas o trato das fontes escritas requer problematizar sua sintaxe e gramática. Faz-se necessário, portanto, incorporarmos toda uma discussão da lingüística, sociolingüística sobre a linguagem no trato das mesmas, ou seja uma História Social da Linguagem (BURKE). O caminho se revela profícuo se considerarmos diferentes ensaios apresentados por Peter Burke e Roy Porter, nas coletâneas publicadas no Brasil. A questão se revela importante tendo em vista a ênfase de diferentes autores acerca da linguagem e seus efeitos na definição/instituição de papéis, hierarquias, práticas e lugares sociais.

A partir desta convicção foi constituído em grupo de estudo e Trabalho que busca-va aprofundar esta discussão, bem como testar suas premissas e conclusões. Cada um dos envolvidos trabalharia com uma fonte específica na perspectiva indicada anterior-

mente. A unidade do grupo não é conferida pelo material empírico, nem pela sincronia dos processos históricos analisados, mas por abordarem as fontes a partir da mesma perspectiva teórica.

Temos como objetivos os seguintes pontos:

- 1) incorporar elementos da lingüística e da sociolingüística na formação intelectual e profissional do historiador;
- 2) contribuir para sua formação profissional através da verticalização da discussão sobre fontes;
- 3) permitir o manuseio e leitura das fontes na formação profissional de pesquisa e magistério;
- 4) fornecer subsídios para o trato da literatura como fonte;
- 5) Permitir aos alunos de graduação do curso de licenciatura e bacharelado em História uma experiência prática no trato das fontes escritas que considere seus aspectos explícitos e implícitos; avalie seu significado tendo vista seu conteúdo e sua forma; perceba a fonte como produto e produtor da história; considere que o sentido dos documentos não se reduz nem é produzido só na escrita mas na leitura; e incorpore como parte constitutiva das fontes suas "condições de enunciação".

Relatórios do Prefeito à Câmara

Márcio Rodrigues

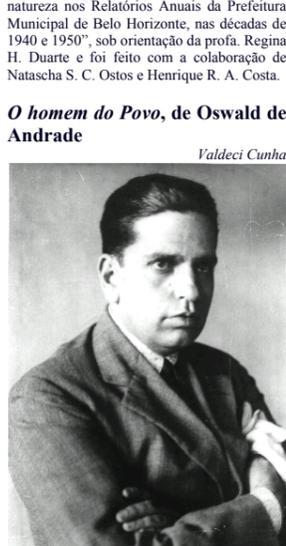
Ao escolhermos os Relatórios Anuais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como fonte para abordar determinado(s) assunto(s), devemos considerar que a fonte em questão não é tão somente produto de ideias de um indivíduo ou assina, mas é resultado daqueles que reconhecem e autorizam a assinatura. Assim, pretendemos trabalhar os Relatórios, especificamente aqueles relativos às décadas de 1940 e 1950, como uma construção coletiva de práticas – situadas em determinado período – que determinam o que seria um relatório e, em função do destinatário, o que não poderia ser apresentado.

O primeiro esforço que se coloca no trato da fonte em questão consiste em refletir sobre o que então seria constitutivo de um Relatório, isto é, pensar sobre sua dimensão formal e material. Considerando a forma sem desvinculá-la do conteúdo, buscamos perceber as intenções pelas quais determinados atores sociais estabelecem com outros atores uma relação com o ausente e escolhas possíveis. Os Relatórios Anuais da Prefeitura foram elaborados, ao longo da história da cidade, com a intenção clara de serem uma descrição que se pretende minuciosa e que trata daquilo que a Prefeitura considera ser de sua competência. Trata-se de uma documentação de caráter oficial que serve à Prefeitura no que se refere à divulgação de seus atos. É uma escolha, dentre outras que poderiam ter sido vislumbradas, para a realização desse fim. São impressos pela Imprensa Oficial, que é responsável pela produção de documentos técnicos e impressos para os órgãos e entidades do governo do Estado. Considerar também quem é responsável pela impressão é indispensável para a percepção do lugar da fonte em determinada cultura. Apesar de o discurso ser apresentado a toda a municipalidade, o conteúdo apenas circula no âmbito das autoridades políticas. O receptor é definido de antemão pela autoridade que a propõe. São apresentados, como aparece já nos títulos dos Relatórios, à Egrégia Câmara Municipal e às vezes, ao próprio governador. Os Relatórios Anuais são assinados pelo Prefeito e dizem respeito aos atos da Prefeitura. Portanto, há nessa documentação uma descontinuidade (as gestões se alteram) e uma continuidade (a Prefeitura poder-se-ia afirmar, numa linguagem simplista, é atemporal). Isso tem implicações no que concerne ao conteúdo, pois mesmo que as gestões se alterem, há uma espécie de compromisso e preocupação em reafirmar e manter, retoricamente, alguns conteúdos e imagens mentais (como, por exemplo, a "Cidade Jardim"). Assim, os Relatórios devem ser tratados como um esforço de uma cultura política e de uma política cultural para impor uma imagem de si própria ao futuro. Os Relatórios encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Público da Cidade, ligado à própria prefeitura, que revela preocupação em proteção de uma memória a ser lembrada.

O levantamento dos relatórios é parte de pesquisa "O uso político do conceito de natureza nos Relatórios Anuais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, nas décadas de 1940 e 1950", sob orientação da profa. Regina H. Duarte e foi feito com a colaboração de Natascha S. C. Ostos e Henrique R. A. Costa.

O homem do Povo, de Oswald de Andrade

Valdeci Cunha



O referido jornal teve sua curta existência entre 27 de março a 13 de abril de 1931. Escrito em formato tablóide, em 6 páginas, foram publicados 8 números, 48 cm por 34 cm, tendo como criador e diretor o próprio Oswald de Andrade e sua esposa Patrícia Galvão (Pagú). O tablóide continha ainda com Alvaro Duarte, como editor, sendo Queiroz Lima e Pagú, secretários.

Organizado em versão fac-similar em 1984, foram recuperados todos os números dessa espécie de pasquim que teve uma curiosa vida curta. Tal edição, teve uma parceria da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) com o Departamento do Arquivo do Estado, órgão da Secretária de Cultura do Estado de São Paulo. Esse trabalho conta com uma introdução de Augusto de Campos que debruça sobre o passado do escritor, em um esforço de historiar a vida do mesmo com seus envolvimento tanto com a vida política quanto a literária. Conta ainda com duas notas introdutórias. Uma de Audálio Dantas, ligado à Imprensa Oficial de São Paulo; outra de José Sebastião Witter, ligado ao Arquivo do Estado de São Paulo.

Em relação a forma, o fac-símile se preocupou em conservar as características originais do jornal, produzindo uma compilação dos 8 números em tamanho do original, recuperando tantos seus anúncios quanto suas charges e notas explicativas.

Tal publicação teve como fim, nas palavras dos próprios apresentadores, o envio, em benefício, às instituições culturais e bibliotecas públicas.

O fac-símile conta ainda com um acervo pequeno de referências aos jornais que na época publicaram matérias sobre O homem do povo, no momento de seu aparecimento assim como na repercussão que o mesmo provocou na opinião pública. Tendo a maioria das matérias assinadas pelo próprio Oswald de Andrade, todas as críticas parecem ter sido voltadas contra o próprio.

Folha de Minas

Pierre Pimenta

Tendo em vista a importância de se aprofundar o discurso com o contexto no qual é proferido, proponho buscar, neste projeto, através do viés da sociolingüística e da lingüística, uma compreensão das representações detratadas construídas sobre o jogo do bicho no Belo Horizonte dos anos 1960. Para tanto, partiremos da leitura de reportagens publicadas no jornal *Folha de Minas*, onde essa modalidade de jogo figura.

Este jornal foi fundado em 1934, sendo propriedade da S.A. Folhas de Minas. Durante os anos 60, seu quadro administrativo contava com Eugênio Klein Dutra como diretor, Pedro Vicente Cardoso como diretor administrativo, Célio Horta como redator-secretário, Enio Fonseca como chefe de reportagens e Luis Sá Fortes Pessoa como chefe de revisão. Nessa ocasião, o valor da sua assinatura anual era Cr\$500,00; sua assinatura semestral custava Cr\$300,00; o número avulso Cr\$3,00, e o atrasado Cr\$5,00. O endereço de sua redação e administração era Rua Curitiba nº592 e suas oficinas se localizavam na Avenida Amazonas nº 885.

Análise preliminar sugere que seu público privilegiado era aquele que compunha as classes médias e altas da sociedade belo horizontina. Levanto aqui esta hipótese em virtude do tipo de matéria e reportagem que se figuram em maior quantidade e regularidade em suas páginas, sem contar os produtos divulgados em seus anúncios. O jornal, que contava 16 páginas em seu exemplar de domingo e 12 nos demais dias, se dividia de maneira não muito regular em partes que tratavam de política, sociedade, esporte, artes, classificados e crimes.

A primeira parte, que continha cerca de três páginas, era dedicada à política. A impressão que tive é que essas matérias ao mesmo tempo descreviam e elogiavam os feitos políticos do governo, e a sua maioria não era assinada. A segunda parte, que recebia o nome "Folha de Minas: Reportagens" e também contava com cerca de três páginas, era dedicada à sociedade, e divulgava aniversários, noivados, festas, curiosidades, aquisições e viagens de indivíduos de famílias poderosas. Ela ainda tratava de "quirosofias" (interpretação de signos), denúncias e crimes leves, greves, anúncios de alta de preços e crônicas. Convém ressaltar que, não raras vezes, os grevistas eram nomeados, aqui, de "arruaceiros". As crônicas e as matérias dedicadas à sociedade eram sempre assinadas, o que nem sempre ocorria com as relativas aos crimes leves e denúncias. A terceira parte do jornal continha cerca de duas páginas e recebia o nome de "Folha de Minas: Esportiva". Ela era dedicada exclusivamente ao futebol, divulgando resultados de jogos, notícias sobre os clubes e crônicas esportivas. Ainda que as crônicas fossem sempre assinadas, o mesmo não acontecia regularmente com as demais matérias. A quarta parte, que também continha cerca de duas páginas, era dedicada ao cinema, música e teatro. As matérias normalmente se limitavam a críticas de cinema e teatro, anúncios de filmes, peças e apresentações musicais, e geralmente eram assinadas. Logo após vinham os Classificados, que recebiam o nome "Mercado dos Veículos e pequenos anúncios". Em geral, apenas automóveis eram vendidos aqui, e um pequeno espaço era reservado para o anúncio do aluguel de imóveis, ofertas e procura de empregos. Na última parte do jornal, que continha com apenas uma página, tinham lugar os crimes agressivos. Eram noticiados os assassinatos, as mortes devido a acidentes, e era aqui que ocasionalmente figurava alguma matéria a respeito do jogo de bicho. As matérias dessa seção dificilmente eram assinadas.

Os anúncios que eram veiculados nesse jornal geralmente traziam artigos que estavam além das possibilidades financeiras da maior parte da população. Dentre eles destaco: Casemira Baptista Ltda. – artigos finos; Banco da Lavoura de Minas Gerais; Academia Antônio Alves; Casa dos Filhos; Casa Falcí (ferragens); Loteria do Estado de Minas Gerais; Clínica para Crianças; Organizações Faleiro – especialistas em "buffets" domésticos; anúncios de filmes em cartaz e peças de teatro; serviços automobilísticos em geral (retíficas, auto-escola, oficinas, vidros para carros, pneus e câmeras).

O Semeador, de Avelino Fóscolo

Poliana Vasconcelos

A existência de várias correntes distintas no anarquismo forma o que se convencionou chamar de movimento libertário. Os anarquistas propugnavam a autonomia do indivíduo, o que implica ser livre do patrão, de dogmas políticos e religiosos. O projeto anarquista se

opõe a qualquer forma de autoridade, como o Estado, partidos políticos e o parlamento, por fundamentarem a sua ação na dominação e na restrição da liberdade. Como alternativa ao princípio da representação e da delegação de poderes, os anarquistas propõem o método de "ação direta", em que a luta política deveria se realizar diretamente pelos próprios trabalhadores contra o patrão, sem a interferência do Estado ou de políticos. Por fim, a partir desses três aspectos – liberdade do indivíduo, anti-autoritarismo e ação direta – procurou-se caracterizar a proposta anarquista de criação de uma nova sociedade.

Para o aprimoramento intelectual e moral dos trabalhadores, além da preocupação com a educação, os libertários incentivaram a formação de uma cultura operária anarquista, feita pelos e dirigida aos trabalhadores. Inicialmente, as atividades culturais anarquistas eram apresentadas nas "festas de propaganda", que tentavam aliar o simples entretenimento com a propaganda de seu ideário. A festa de propaganda acontecia em salões das ligas e entidades de classe e foi, principalmente após a I Guerra Mundial, substituída por festivais, piqueniques e excursões a lugares públicos, ao ar livre, denominado festival-espetáculo. O teatro anarquista, assim como a música e a literatura, integram as práticas culturais desenvolvidas pela classe operária libertária. Por meio do teatro libertário procurou-se difundir as ideias anarquistas, educar e conscientizar a classe operária.

Devido a falta de interesse das editoras comerciais, alguns textos anarquistas foram publicados na imprensa operária, como a peça teatral *O Semeador* (1906), de Avelino Fóscolo. A obra foi publicada, em 1906, em folhetins pelo jornal *A Nova Era*, o qual foi criado por Fóscolo para propagar teorias libertárias. E, somente em 1921, a peça foi lançada pela Editora Tipografia Renascença. Escrita em Tabuleiro Grande, onde foi representada nas noites de espetáculo no Club Dramático e Literário, obteve repercussão no país, sendo encenada em vários centros de influência anarquista. O drama *O Semeador* divide-se em três atos, que se desenrolam no espaço rural. Neste, o autor realiza uma crítica a sociedade, denuncia a exploração sofrida pelos trabalhadores e procura despertar a consciência do povo para a necessidade de transformação da sociedade através da luta.

Avelino Fóscolo (1864-1944) foi escritor, jornalista, farmacêutico e militante anarquista, além de fundador de jornais, bibliotecas e grupos teatrais. O mineiro de Sabara envolveu-se em atividades teatrais, participou na luta abolicionista e defendeu a implantação da República. Logo se decepcionou com esta forma de governo e, no início do século XX, aderiu ao anarquismo.

A literatura de cordel

Fernando Silva



A literatura de cordel é um tipo de produção poética popular cuja tradição remonta nosso passado colonial, delineando uma prática cultural originária de uma cultura ibérica medieval que foi trasladada para a América Portuguesa junto com os seus colonizadores. Seu nome deriva da forma em que estes textos ficavam expostos para comercialização: dependurados em varais de barbantes. Apesar da sua imensa popularidade e tradição no Nordeste brasileiro, o interesse por este tipo de literatura entre folcloristas, antropólogos e escritores de grande renome na literatura brasileira como, Ariano Suassuna, João Cabral de Melo Neto e Guimarães Rosa, só aparece mais intensamente na segunda metade do século XX. A descoberta do sucesso deste tipo de literatura de baixos custos e de grande consumo popular no Nordeste e que, inclusive, possibilitava a sobrevivência de muitos poetas populares nordestinos chamou a atenção de escritores e estudiosos que passaram a publicar artigos e livros sobre este gênero de literatura, bem como influenciaram obras de escritores.

A publicação do livro *Antologia da Literatura de Cordel* de Sebastião Nunes Batista em 1977 pela Fundação José Augusto, uma instituição responsável pelas políticas culturais do Estado do Rio Grande do Norte e de fomento à cultura no referido Estado, realça a importância deste tipo de literatura, especialmente, no contexto da efervescência cultural que marcou o Brasil a partir da década de 50 mediante diferentes manifestações culturais como o Cinema Novo, o Tropicalismo, o avanço das comunicações em massa e das CPCs, contexto em que a literatura de cordel emergiu como um elemento de grande interesse entre muitos artistas, escritores e pesquisadores da época. Neste sentido, a publicação de uma Antologia

O que se pretende então é buscar instrumental da lingüística e da sociolingüística para uma crítica das fontes escritas que considere forma, conteúdo, a relação entre ambos e desta com os diferentes grupos sociais, bem como seus significados. Resumidamente as principais ideias que se pretende buscar para esta análise são as seguintes:

- 1) grupos sociais diferentes usam variedades diferentes de língua;
- 2) os mesmo indivíduos empregam variedades diferentes de língua em situações diferentes;
- 3) a língua expressa a sociedade ou a cultura na qual é usada;
- 4) a língua molda a sociedade na qual é usada;
- 5) a forma (condições de enunciação) informa e é parte das mensagens.

Afinal como observou Hymes: "Você trabalha com aquilo que as pessoas dizem e escrevem; elas fazem isto por meio de estruturas e elementos que podem condicionar o que é feito e, o que você considera sua material. Você poderia não atender para esses elementos e estruturas, desconsiderando-os?"

Nestes dois meses de atividade, o grupo se dedicou a duas frentes. A leitura e discussão acerca da proposta da História Social da Linguagem e de textos que relacionam

linguagem e sociedade (Bourdieu, Todorov, Preti, e Burke). Ao mesmo tempo em que cada um dos integrantes definiu a fonte que pretende investigar, tendo como primeira tarefa o levantamento de sua história editorial: quem escreveu, quando, quando foi publicada, se houve apresentação, quem a fez, etc.

Equipe:

Coord.: Prof. Luiz Arnaut

Estudantes:

Cátia Cristina Avelino, Fernando Júnio dos Santos Silva, Helen Carolina Almeida Moreira, Márcio dos Santos Rodrigues, Marcos Rocha Matias, Paulo Geraldo Rocha Júnior, Pedro Ivo de Oliveira Munhoz, Pierre Picasso de Souza Pimenta, Poliana Vasconcelos, Renata Campos Miranda e Valdeci da Silva Cunha

Outras várias pretendem regular a vida sexual dos súditos portugueses, ainda sob a influência da ortodoxia religiosa católica. As penas são quase sempre atroz e profundamente rituais, havendo previsão de para a maior parte dos delitos.



Kurt Lange e a Formação de uma identidade musical para a Capitania de Minas Gerais (1940 – 1979)

Paulo Rocha



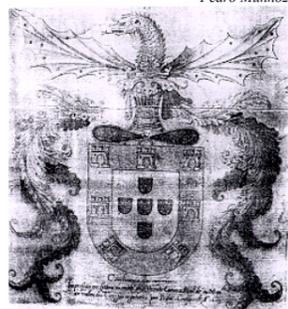
Memórias para servir a história do Reino do Brasil foi impresso em 1825 pela imprensa Regia de Lisboa. Na introdução do livro o padre declara que desde o dia em que ele viu o Príncipe Regente chegar em 8 de março de 1808 ele resolveu escrever suas memórias utilizando "de tudo quanto pudesse testemunhar, e chegasse a minha notícia, ou pelos papéis públicos, ou por informações de pessoas verídicas, (...) o que muito me animou a prosseguir na minha resolução de escrever as presentes Memórias, não tendo em vista outro motivo, mais do que a glória do meu augusto soberano e a honra, e felicidade do meu país. Por muito tempo hesitei se faria público este meu trabalho, por conhecer não ser desempenhado com a dignidade conveniente à grandeza do objeto; mas, observando que até agora nada tem aparecido impresso, que forme uma história apurada, e completa, referindo com exatidão fatos tão memoráveis, como estes, que deram exórdio ao Novo Reino Lusitano do Brasil, e que são tão dignos de se escrever (...) determinei-me a final dar à luz estas Memórias. Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a história do Brasil (...) mas sim umas Memórias, arranjadas pela ordem cronológica, a fim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade (...)"

O livro foi reeditado em 1943, nesta edição foi acrescida uma apresentação e comentários da introdução por Noronha dos Santos. Em 1981 a editora Itatiaia com a colaboração da editora da Universidade de São Paulo reedita o livro com algumas alterações na grafia.

O padre nasceu em 1767 aos 15 anos inicia os estudos superiores de filosofia. Aos 18 o de teologia dogmática e lógica. Em 1794 torna-se professor de gramática latina no seminário da Lapa por escolha do bispo do Rio de Janeiro. Em 95 recebe as primeiras ordens sacerdotais e entra para a irmandade do príncipe dos apóstolos, que funcionava na igreja de São Pedro. Aos 31 anos torna-se professor régio de filosofia. Em 1825 aos 58 anos é aposentado por surdez. Mesmo após aposentado publica diversos trabalhos sobre o celibato, sobre os metodistas no Brasil, algumas considerações teológicas e algumas traduções. Em 1839 é eleito sócio honorário do instituto histórico. Por carta imperial é nomeado cônego prebendado e previsor episcopal. Em 1841, nomeado sócio honorário da "sociedade amante da instrução" e da academia de ciências de Lisboa. Em 1843 redige sua autobiografia. Em 1844 aos 77 anos falece.

As Ordenações Filipinas

Pedro Munhoz



As Ordenações Filipinas resultaram de uma reforma operada no código manuelino, como consequência do período de dominação espanhola, tendo sido, mais tarde, confirmada por D. João IV. A obra ficou pronta durante o reinado de Filipe I de Portugal, que a sancionou em 1595, mas só foi definitivamente mandada observar, após a sua impressão em 1603, quando já reinava Filipe II, tendo sido publicada em cinco volumes, cada um dos quais tratando de um ramo diferenciado do direito. O livro V, objeto deste estudo, tratava das disposições penais e processuais penais.

Com linguagem truncada e pouco clara, o Livro V elencava as condutas que, de acordo com a monarquia portuguesa, mereciam a reprovação e a punição do estado. Muitas das proibições ali referidas dizem respeito a transgressões de ordem religiosa (heresia, apostasia, feitiçaria, pacto com o demônio).

Esta fonte, analisada na perspectiva da História Social da Linguagem, pode oferecer indícios poderosos acerca da axiologia e dos critérios de divisão social adotadas por aquela sociedade.

Discursos de Robespierre na Convenção

Cátia Avelino



O livro *Discursos e Relatórios na Convenção* é uma parceria das editoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Contraponto.

A obra original foi publicada na França em 1965 pela Union Generale d'Éditeurs em Paris, com apresentação de Marc Bouloiseau e contendo 312 páginas.

A versão brasileira possui 204 páginas, teve sua primeira e única edição em 1999 e uma tiragem de 2000 exemplares. Nesta edição apresentação foi feita por João Batista Natali, "jornalista da Folha de São Paulo e doutor em Ciências Sociais" com tradução de Maria Helena Franco Martins.

O livro traz os discursos de Robespierre na Convenção proferidos entre dezembro de 1792 e junho de 1794. Maximilien, mesmo antes de sua ascensão, tinha o costume de pagar pela publicação de seus textos e discursos na forma de panfletos, o que era muito comum na época. Esta publicação visava tanto a divulgação de suas ideias e posições, quanto o envio de mensagem para algum desafeto político. Porém, qual(is) o(s) objetivo(s) destas edições contemporâneas tanto no Brasil, quanto na França? O que se perde ou se ganha em nível de conceitos e uso da linguagem na tradução destes textos e quais foram os significados desta fala quando proferida sob o signo do Terror, quando assumiu a forma de livro na segunda metade do século XX e hoje?

Outro ponto relevante em nossa pesquisa diz respeito à motivação e interesses que conduziram a escolha destes textos para publicação. Porque estes e não outros? Quais podem ser as razões para que, no início do século XXI, estes discursos ainda despertem interesse e sejam vendáveis?

Nosso objetivo é pensar os discursos, a obra, seus formatos e seus vínculos institucionais. Orais na tribuna, escritos nos panfletos, livros com apresentações, *Union Generale d'Éditeurs*, Contraponto e Uerj, todos estes aspectos são expressivos e constituintes da obra.

Correspondência de Lima Barreto

Marcos Matias

Neste texto, pretende-se descrever e analisar a dimensão material e autoral da correspondência do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto. Isso porque, esta análise parte do princípio de que essas duas dimensões são importantíssimas para compreensão, interpretação e explicação da obra.

Lima Barreto, que ao longo da vida produziu e recebeu uma enorme correspondência, teve-a reunida, organizada e publicada pela primeira vez e pelo que tudo indica única, pelo jornalista, ensaísta, biógrafo e historiador paulistano Francisco de Assis Barbosa. Este publicou no ano de 1956 através Editora Brasiliense em São Paulo, contando para tanto com colaboração de: Antônio Houaiss, E.M. Cavalcanti Prouença e Antônio de Noronha Santos. Este último foi amigo de infância de Lima Barreto, talvez por isso, mas também por sua grande erudição, tenha sido chamado a prefaciar o primeiro de dois tomos da correspondência. Além disso, as cartas são precedidas de notas biográficas das pessoas que enviavam ou recebiam cartas dele; e aquelas, nas quais, há supressão de datas e localidades, o organizador colocou colchetes, dizendo sem data ou sem localidade.

A descrição dessa parte suscita várias questões, como: por que um intelectual reconhecido e afamado à época (1956) no meio acadêmico e cultural, teve interesse em reunir, organizar e publicar a obra literária e a correspondência de um escritor completamente desconhecido e maldito como Lima Barreto? Ou em relação a questão autoras da correspondência, que ao ser publicada em livro por Francisco de Assis Barbosa deixa o âmbito privado e entra na esfera do público. Nesse sentido, poder-se-ia perguntar: quem é o autor das cartas, Lima Barreto ou Francisco de Assis Barbosa?